



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 71153-1/01 – Comarca de Recife

Recorrente: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH e outro

Recorrido: Juliano César Mota Diniz

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. DIFERENÇAS NO PAGAMENTO DE PENSÃO POR MORTE. APLICAÇÃO DO ART. 515, §3º, DO CPC. AFASTADAS AS ALEGAÇÕES DE JULGAMENTO *EXTRA* E *ULTRA PETITA*. RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 – Alegam os Recorrentes, em síntese, afronta aos arts. 2º, 128 e 460, do CPC, em decorrência de decisão *extra* e *ultra petita*, proferida por este Relator. Aduzem, ainda, a inaplicabilidade da Súmula 43 do STJ e a incidência do artigo 21 do CPC, além de indevida majoração de verba honorária. 2 – Quanto às alegações de decisão *extra* e *ultra petita*, observe-se que o juiz de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução de mérito, autorizando, assim, a aplicação do art. 515, §3º, do CPC, por se tratar de questão exclusivamente de direito e o feito se encontrar maduro para julgamento. Dessa forma, estando o Tribunal autorizado a analisar diretamente o mérito da causa, independentemente de pedido expresso do apelante, afastada está a alegação de julgamento *ultra* ou *extra petita*. 3 – No que tange à alegação de inaplicabilidade da Súmula 43 do STJ, por não se tratar de ato ilícito, mas sim da Súmula 148, segundo a qual o cálculo da correção monetária é devido a partir do ajuizamento da ação, não assiste razão aos recorrentes, haja vista o entendimento pacífico do STJ acerca da matéria. Precedentes apontados: AR 708/PR; AR 676/PR e AgRg no Ag 617726/BA. 4 – A alegação de parcial improcedência do apelo, com a consequente aplicação do artigo 21 do CPC e da Súmula 306 do STJ, igualmente, não merece prosperar, pois se nenhum argumento ou fundamentação do ora recorrente foi levada em consideração na decisão vergastada, não houve sucumbência recíproca. Isto porque, ao acolher, em parte, a preliminar de prescrição, arguida em



57
177

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

contrarrazões ao apelo, na verdade, toda a fundamentação do IRH era baseada na prescrição de fundo do direito, a qual foi afastada em favor do reconhecimento da prescrição quinquenal, por caracterizar relação de trato sucessivo. 5 - Por fim, não há que se falar em indevida majoração de verba honorária, posto que a sentença foi reformada integralmente, inclusive no tocante à sucumbência. O que houve, em verdade, foi o arbitramento dos honorários advocatícios na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC, respaldada pela jurisprudência do STJ. 6 - Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 71153-1/01, em que figuram como recorrentes o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH e outro e como recorrido Juliano César Mota Diniz.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso de agravo acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade do Voto e do Relatório proferidos no julgamento realizado na data de __/__/__.

Recife, 28 de 07 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



58
178

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 71153-1/01 – Comarca de Recife

Recorrente: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH e outro

Recorrido: Juliano César Mota Diniz

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível, pela qual, com base no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao apelo a fim de reformar a sentença proferida em todos os seus termos, julgando a ação ordinária proposta como procedente, invertendo-se o ônus sucumbencial.

O pedido inicial objetivava a condenação do IRH a pagar ao autor a totalidade de pensão por morte deixada por seu progenitor e as diferenças que pagou a menor, com juros e correção monetária.

Cinge-se a controvérsia à análise da constitucionalidade do pagamento de pensão por morte em patamar inferior ao que receberia o ex-servidor público se ainda vivo, na forma estabelecida no art. 16, da Lei estadual nº 7.551/77.

Os Recorrentes aduzem, em síntese, que os arts. 2º, 128 e 460, do CPC, foram afrontados por esta Relatoria ao proferir decisão *extra petita*, na medida em que não houve, no recurso de apelação, pedido de apreciação de mérito e sim requerimento de anulação da sentença para apreciação do mérito pelo Juízo Monocrático. Alegam, ainda, que houve provimento *ultra petita* no que concerne à incidência de correção monetária e à majoração da verba honorária.

No mais, argumentam no sentido da não aplicação da Súmula 43 do STJ por não se tratar de ocorrência de ato ilícito, mas sim da Súmula 148 do STJ. E, por fim, enfatizam a existência de parcial improcedência do apelo, com a consequente aplicação do artigo 21 do CPC, além da indevida majoração da verba honorária.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 28 de 01 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



60
180

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 71153-1/01 – Comarca de Recife

Recorrente: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH e outro

Recorrido: Juliano César Mota Diniz

VOTO

Em primeiro lugar, no que diz respeito às alegações de decisão *extra* e *ultra petita*, deve-se atentar para o fato de que o juiz de primeiro grau extinguiu o processo nos moldes do artigo 267, I e VI, com o art. 293, I, do CPC, autorizando, de forma tal, a aplicação do art. 515, §3º, do CPC, por se tratar de questão exclusivamente de direito e o feito se encontrar maduro para julgamento.

Ora, se o Tribunal esta autorizado a analisar diretamente o mérito da causa, nos moldes do art. 515, §3º, do CPC, independentemente de pedido expresso do apelante, afastada está a alegação de julgamento *ultra* ou *extra petita*. Senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. JULGAMENTO DE MÉRITO DA CAUSA PELO TRIBUNAL LOCAL. POSSIBILIDADE. ART. 515, § 3º, DO CPC. - O Tribunal revisor, ao reformar a sentença que extingue o processo sem exame do mérito, tem o dever-poder de julgar imediatamente o mérito do litígio, quando o feito encontrar-se em condições de pronto julgamento. (AgRg no Ag 836287/DF, Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, Publicação: 31/10/2007)

Em seguida, tratemos da alegação de inaplicabilidade da Súmula 43 do STJ, por não se tratar de ocorrência de ato ilícito, mas sim da Súmula 148, segundo a qual o cálculo da correção monetária é devido a partir do ajuizamento da ação.

Neste ponto também não assiste razão aos recorrentes, haja vista o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça acerca da questão, conforme se pode verificar nos arestos a seguir:

ACÃO RESCISÓRIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. SÚMULAS 43 E 148 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1. Esta Corte tem orientação assentada de que, nas dívidas de natureza alimentar, a correção monetária das parcelas pagas em atraso incide na forma prevista na Lei nº 6.899/81, devendo ser aplicada a



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

partir do momento em que eram devidas, compatibilizando-se a aplicação simultânea dos enunciados nºs 43 e 148 de nossa Súmula. 2. Precedentes. 3. Ação rescisória procedente. (AR 708/PR, Relator: Ministro Paulo Gallotti, Terceira Seção, Publicação: 26/02/2007), (grifei)

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. ARTIGO 485, V, DO CPC. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343 DO STF. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 6.899/81. PARCELAS VENCIDAS E DEVIDAS ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ORDINÁRIA. INCIDÊNCIA. MATÉRIA PACIFICADA. APLICAÇÃO CONJUNTA DAS SÚMULAS Nº 43 E 148 DO STJ. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. É de ser afastada a alegação de ausência da certidão do trânsito em julgado do acórdão rescindendo, porquanto constatada sua presença nos autos. 2. Inaplicável, na espécie, o Enunciado nº 343 da Súmula do eg. Supremo Tribunal Federal, porquanto a pequena controvérsia, tão logo superada por esta Corte Superior, ante o evidente equívoco em sua aplicação in concreto, deu-se apenas no âmbito deste Sodalício. 3. **Embora exista dispositivo na Lei nº 6.899/81 prevendo ser a correção monetária devida a partir do ajuizamento da ação, esta Corte há muito consolidou posicionamento no sentido de sua incidência desde quando originada a obrigação, alcançando, inclusive, as parcelas devidas anteriormente à data da propositura da demanda, em virtude do caráter alimentar do benefício previdenciário.** 4. Ação rescisória procedente. (AR 676/PR, relator: Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Terceira Seção, Publicação: 28/11/2005). (grifei)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA. LITISPENDÊNCIA ENTRE PROCESSOS ADMINISTRATIVO E JUDICIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. APOSENTADORIA. LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PREVISTA EM LEI ESTADUAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE EXAME DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 280/STF. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. MOMENTO EM QUE AS PARCELAS SE TORNARAM DEVIDAS. APLICAÇÃO SÚMULAS N.ºS 43 E 148 DESTA CORTE. 1. A alegação de existência de processo administrativo ajuizado perante o Tribunal de Contas do Estado não caracteriza a litispendência, porquanto tal instituto diz respeito à propositura de idêntica demanda judicial, quando pendente outra demanda judicial, entre as mesmas partes, tendo a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. 2. A análise do preenchimento dos requisitos legais à incorporação de vantagem prevista em Lei Estadual demanda o exame da legislação local, o que não se coaduna com a via estreita do recurso especial, nos termos do enunciado n.º 280 da Súmula da Suprema Corte, aplicada, por analogia, à espécie. Precedente. 3. A aplicação da Lei n.º 6.899/81, nos termos da jurisprudência desta Corte, deve ser compatibilizada com a Súmula



60
182

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

n.os 43 e 148/STJ. **Nos débitos previdenciários, em face da natureza alimentar, a correção monetária deve ser aplicada desde o momento em que a prestação se tornasse devida. Precedentes.** 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 617726/BA, Relatora: Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, Publicação: 14/03/2005). (grifei)

No que tange à alegação de existência de parcial improcedência do apelo, com a consequente aplicação do artigo 21 do CPC, este raciocínio não merece prosperar. Isto porque, ao acolher, em parte, a preliminar de prescrição, arguída em contrarrazões ao apelo, na verdade, toda a fundamentação do IRH era baseada na prescrição de fundo do direito, a qual foi afastada em favor do reconhecimento da prescrição quinquenal, por caracterizar relação de trato sucessivo.

Assim, não há motivo para se aplicar o disposto no art. 21, do CPC, tampouco a Súmula 306 do STJ, porque se nenhum argumento ou fundamentação do ora recorrente foi levada em consideração na decisão vergastada, não houve sucumbência recíproca.

Por fim, não há que se falar em indevida majoração de verba honorária, posto que a sentença foi reformada integralmente, inclusive no tocante à sucumbência. O que houve, em verdade, foi o arbitramento dos honorários advocatícios na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC, respaldada pela jurisprudência do STJ.

Diante do exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, para manter incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife,  de 07 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator